



Territorialização das políticas municipais de cultura: os eventos culturais em espaços livres públicos de Joinville-SC

Territorialization of municipal cultural policies: the cultural events in public spaces of Joinville-SC

Talita Micheleti Honorato da Silva* e Alina Gonçalves Santiago**

Resumo

A valorização dos espaços livres públicos e a reestruturação das políticas públicas de cultura, em todas as esferas de governo sobretudo a municipal, têm impulsionado a discussão sobre como a implementação dessas políticas culturais refletem-se na paisagem urbana. Joinville foi escolhida como estudo de caso, por apresentar políticas públicas de cultura avançadas, que se articulam aos espaços livres públicos municipais, especialmente através da promoção de eventos culturais. Este artigo se propõe a delinear a relação entre o uso de um espaço livre público e a realização de um evento cultural. Para isso, caracteriza o setor cultural municipal e define a Praça Nereu Ramos como recorte de estudo para a pesquisa de campo, que abrange observações comportamentais e entrevista com usuários deste espaço. O artigo apresenta parte dos resultados obtidos durante pesquisa de mestrado, que indicam uma boa aceitação das políticas culturais municipais e um enriquecimento da vida pública da praça, pela presença dos eventos.

Palavras-chave: Políticas culturais. Espaços Livres Públicos. Apropriação.

Abstract

The valorization of public spaces and the restructuring of public cultural policies, in all spheres of government, especially the municipal ones, have stimulated the discussion about how the implementation of these cultural policies is reflecting in the urban landscape. Joinville is the case study, because presents an advanced public policies of culture, which articulate municipal public spaces, especially through the promotion of cultural events. This article proposes to delineate the relationship between the use of an open public space and the accomplishment of a cultural event, for this characterizes the municipal cultural sector and defines the Nereu Ramos Square as a study cut for field research that includes behavioral observations and interview with users of this space. The article presents some of the results obtained during masters research, which indicate a good acceptance of the municipal cultural policies and an enrichment of the public life of the square, by the presence of the events.

Keywords: Cultural policies. Public open space. Appropriation.

*Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2013). Especialização em Planejamento e Gestão Urbana pela FAUUSP (2016). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC (2017) onde integra o grupo de pesquisa Desenho Urbano e Paisagem, com enfoque em Estudos Urbanos, Paisagem e Espaços Públicos.

**Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (1979), especialização em Planejamento Habitacional pela UnB (1981), Mestrado pela Université de Paris XII - IUP (Creteil-França) - (1990), Doutorado pela Université de Paris I (Pantheon-Sorbonne - França) - (1995), Pós-doutorado no IREST - Université de Paris 1 (Pantheon-Sorbonne - França) (2011). Atua como Professora e pesquisadora no PósARQ-UFSC.

O desenvolvimento de políticas culturais, nacionais e regionais, abre um novo espaço para a discussão do papel da cultura no processo de planejamento urbano e das implicações de sua incorporação na paisagem urbana brasileira. Aliado a isto, têm emergido nas cidades brasileiras iniciativas que procuram valorizar as dimensões públicas do espaço a fim de intensificar seu uso e apropriação (QUEIROGA, 2012). Assim, surgem políticas públicas como a abertura de ruas para uso recreativo, realização de eventos culturais e também ações de coletivos e grupos da sociedade civil organizada que ampliam a esfera de participação social e realizam intervenções locais. Em conjunto com a maior demanda pela utilização dos espaços livres públicos, as políticas públicas culturais do país passaram por importante processo de reestruturação. Adotou-se uma visão mais inclusiva, respeitando a diversidade cultural e reconhecendo a cultura de forma mais abrangente a partir de três dimensões: simbólica, cidadã e econômica.

Portanto, novos mecanismos institucionais foram desenhados procurando democratizar a gestão cultural nas diferentes esferas de governo. Através do Ministério da Cultura, o governo federal propõe a organização do Sistema Nacional de Cultura (SNC), com o objetivo de formular e implantar políticas públicas de cultura, de caráter democrático e permanente, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil. Tendo como principal finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais (BRASIL, 2011).

Com isso, as políticas públicas de cultura, que sempre atuaram de forma centralizada na esfera federal, iniciaram um processo de descentralização que delegou aos municípios uma maior participação na gestão cultural (CARVALHO; SILVA; GUIMARÃES, 2009). Tendo em vista, a necessidade da implantação de um Sistema Municipal

de Cultura, articulado ao Sistema Nacional, os municípios ganharam relevância na proposição das políticas públicas de cultura. Logo, mesmo que a reestruturação da política cultural tenha sido definida e formatada em nível federal, a sua aplicação e desenvolvimento se dará no nível municipal (CALABRE, 2007), exigindo um fortalecimento institucional do setor.

Para Botelho (2001) o setor cultural deve ter clareza de suas responsabilidades frente aos outros setores de governo, assumindo um papel de articulador de programas conjuntos. A autora ainda aponta, que o setor de cultura precisa articular-se politicamente com as demais áreas da gestão pública para efetivamente se estabelecer enquanto política pública que tenha impacto sobre a qualidade de vida da população. Deste modo, a territorialização das políticas culturais deve considerar os desafios locais na implantação de seus mecanismos de gestão cultural. Por isso, é importante compreender como a implementação dessas políticas culturais se reflete nos espaços urbanos, em especial aquelas direcionadas à intensificação do uso dos espaços livres públicos e potencialização de sua vida pública.

Como estudo de caso, selecionou-se o município de Joinville-SC, por apresentar um sistema municipal de cultural estruturado e contar com políticas públicas de cultura avançadas, sendo que algumas delas, incidem sobre os espaços livres públicos municipais. Essa articulação se

dá, sobretudo através da promoção de eventos culturais, realizados e apoiados pela Prefeitura Municipal através da Fundação Cultural de Joinville. Assim, a fim de delinear a relação entre o uso de um espaço livre público e a realização de um evento cultural, optou-se pela utilização de um recorte de estudo que permitisse uma aproximação com a vida pública de um dos espaços que sedia manifestações culturais com certa regularidade, a Praça Nereu Ramos.

Os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa compreenderam três etapas. Na primeira, foi realizada pesquisa documental para caracterizar o panorama municipal quanto às políticas públicas de cultura. Na segunda etapa, foi realizada a pesquisa de campo que compreendeu observações sistemáticas e entrevistas com os usuários da Praça Nereu Ramos.

As observações sistemáticas tiveram como foco o comportamento dos usuários para construção de mapeamentos comportamentais centrados no lugar. Nessa técnica, os observadores selecionam pontos estratégicos, com boa visibilidade, de onde registram em plantas-baixas ou desenhos do local, previamente preparados, os movimentos e ações ali desenvolvidos (RHEINGANTZ ET AL., 2009). Assim, as observações da praça aconteceram durante a realização de dois eventos culturais e no cotidiano, cada uma teve duração de trinta minutos e foram realizadas em três domingos, visando comparar os usos do espaço nestes três momentos. A

partir das observações, os comportamentos observados foram sistematizados em relação à ação desenvolvida - em pé, sentado, em movimento e, a existência ou não de interação social.

Em conjunto com as observações, foram realizadas entrevistas com os usuários do espaço, questionando sua opinião sobre os eventos culturais de rua que acontecem em Joinville, visando compreender a aceitação das políticas públicas de difusão cultural por essa população. Portanto, o universo da pesquisa foram os próprios usuários da Praça Nereu Ramos e, por sua abordagem qualitativa, optou-se pela utilização de uma amostra não representativa, uma vez que o conteúdo das respostas era mais importante, para o estudo, do que uma representatividade estatística. Assim, foram realizados um total de 35 entrevistas nos três dias observados, cujas respostas foram interpretadas e categorizadas através da técnica de análise de conteúdo apresentada por Minayo (1996), buscando sintetizar as percepções dos usuários da praça.

Após estes levantamentos, a pesquisa foi conduzida à terceira etapa, para a análise e comparação dos dados, a fim de compreender a influência exercida pelo evento cultural na vida pública da praça.

Municipalização das políticas públicas de cultura

Desde 2003, o governo federal se esforça para renovar os mecanismos de gestão pública da

cultura, o que culmina na aprovação da Lei nº 12.343 que institui do Plano Nacional de Cultura (PNC), em 2010, e na implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), em 2012. A construção desse amplo aparato de política cultural se baseia num longo processo participativo e de luta social e política pela preservação e valorização das expressões artístico-culturais em todo o território nacional, visando a descentralização das ações culturais que se concentram apenas nos grandes centros urbanos (CARVALHO; SILVA; GUIMARÃES, 2009).

Para efetivação de uma organização sistêmica da gestão cultural União, Estados e Municípios precisam implantar seus próprios Sistemas de Cultura em conjunto com os elementos que o constituem. Dentre os quais, destacam-se os Planos de Cultura que são instrumentos de planejamento estratégico, para um horizonte de dez anos, que organizam, regulam e norteiam a execução das políticas públicas de cultura. Construídos de forma participativa, os planos de cultura são usualmente compostos de: diagnóstico, princípios, objetivos, diretrizes, estratégias, ações e metas, que são utilizados para orientar a condução da política cultural (BRASIL, 2011; PEIXE, 2013; ROCHA, 2013).

Da mesma forma em que o Plano Nacional de Cultura norteia a execução da política nacional de cultura, os planos municipais de cultura devem organizar e regular a política pública cultural

de cada município. A definição dessas políticas deve ser estruturada a partir de um diagnóstico da realidade local, buscando o envolvimento dos agentes abrangidos em seus processos de concepção e decisão. Para Calabre (2007), a base desse novo modelo de gestão da cultura é o reconhecimento da diversidade cultural e a criação de canais de participação democrática. Aliado a isto, Peixe (2013) reforça a importância da capacitação dos gestores e conselhos, a formulação de planos de cultura consistentes e a disponibilização de recursos para execução das propostas.

A tendência de descentralização das políticas governamentais do nível federal para o municipal foi estimulada na Constituição Federal de 1988, que estabelece competências comuns à União, Estados e Municípios, como o cuidado com saúde e assistência pública, a proteção dos bens de valor cultural e do meio ambiente, e a melhoria das condições de vida da população. Assim, as políticas públicas, especialmente aquelas de caráter social, foram descentralizadas da União diretamente para os municípios que aumentaram sua carga de responsabilidade e sua competência na prestação de serviços públicos. No caso das políticas culturais, esse processo se intensificou com a implementação do SNC, estabelecendo para todas as esferas de governo as atribuições do poder público na gestão pública da cultura.

A aderência ao SNC é realizada através de um Acordo de Cooperação formalizado entre a União

e os Estados e Municípios. Entretanto, apesar da alta aderência dos entes federativos aos SNC, são poucos os estados e municípios que de fato conseguiram implementar seus próprios mecanismos de gestão cultural. Segundo dados do monitoramento do SNC de outubro de 2016 e do suplemento sobre cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, realizada pelo IBGE em 2014, dos vinte e seis estados que assinaram o acordo de cooperação apenas três efetivaram seus planos estaduais de cultura. Em relação aos municípios, mesmo com a aderência de 2.230 municípios ao SNC (40% dos municípios brasileiros), apenas 326 deles (5,9%) possuíam Plano Municipal de Cultura (PMC) instituído e regulamentado por instrumentos legais, frente a 3.785 municípios (68%) sem PMC ou previsão de implementação de seus planos (IBGE, 2015). Isto posto, os municípios que aprovaram seus planos de cultura se destacam no cenário nacional e indicam a necessidade de discussão das implicações e possíveis avanços trazidos à gestão cultural após a implementação desse mecanismo.

Frente a este contexto de municipalização das políticas culturais é importante situar, mesmo que brevemente, como esse processo se insere no debate da produção contemporânea do espaço urbano. As cidades contemporâneas, em aspectos espaciais, econômicos e sociais foram influenciadas diretamente pelas reestruturações socioeconômicas, do final do século XX, pautadas pela desconstrução do sistema produti-

vo, pela globalização e pelo desenvolvimento de uma nova economia e sociedade do conhecimento em rede. Uma vez que essa estrutura produtiva, de consumo e circulação passa a se organizar em escala global, sua produtividade e competitividade ligam-se a capacidade de gerar, processar e aplicar a informação baseada em conhecimentos, enquanto a concorrência é feita em uma rede de interação global (HALL, 2002; CASTELLS, 2005).

Diante de um mundo globalizado, num contexto de competição urbana e perante um modelo de governança voltado ao empreendedorismo urbano, a cidade deve parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou visitar, para divertir-se e consumir (HARVEY, 2005). Assim, a cultura assume um maior protagonismo e passa a ser aplicada progressivamente como um recurso para a melhoria sociopolítica e o crescimento econômico, atraindo a atenção de gestores públicos e da iniciativa privada (YÚDICE, 2004).

Considerando o “empresarialismo urbano”, identificado por Harvey (2004), como conduta da governança urbana que congrega os poderes do Estado com amplas formas de organização da sociedade civil e grupos de interesse privado para formar coalizões que promovam determinado desenvolvimento urbano. A construção participativa de uma política municipal de cultura também abrangerá as tensões e disputas desses diferentes setores na tentativa de pautar suas próprias

agendas. Nesse contexto, a visão inclusiva que norteou a definição da política nacional de cultura é uma referência para as discussões nas demais esferas, apesar não inviabilizar o acúmulo de excedentes pela exploração do capital cultural e simbólico que as cidades almejam construir frente à competitividade global em voga.

Logo, em um país com características socioeconômicas tão desiguais, é pertinente que os governos locais tenham atenção redobrada para que as políticas públicas de cultura promovam inclusão e não agravem o quadro de desigualdade dentro dos municípios. Nesse sentido, os conselhos de política cultural e conferências de cultura, enquanto principais espaços de participação social e de intervenção política, mantêm-se como instâncias fundamentais para o controle da execução das políticas públicas de cultura estabelecidas.

Plano Municipal de Cultura de Joinville: articulação da política cultural com o espaço público municipal

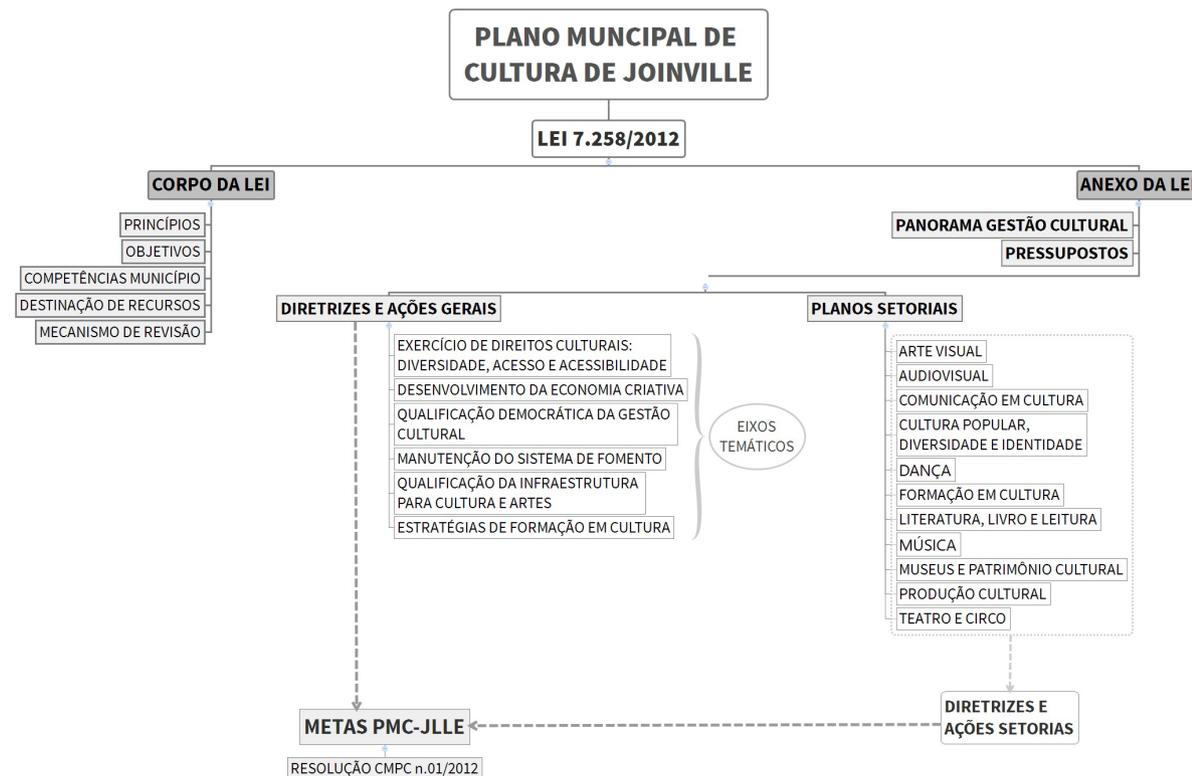
O município de Joinville possui uma legislação cultural avançada, estruturada no Sistema Municipal de Cultura (SMC), implementado em 2010, que é responsável pela gestão cultural municipal e cuja finalidade é a integração dos órgãos, programas e ações culturais do governo municipal e instituições parceiras. Seguindo as recomendações federais, a cidade também já aprovou seu

Plano Municipal de Cultura, sancionado em 2012 com a publicação da Lei 7.258/2012.

Aliado ao SMC, o município também conta com uma política exclusiva de fomento à produção artístico-cultural local, o Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura (SIMDEC), bem como, orçamento próprio incluído no orçamento geral do município. Em relação à esfera de participação popular, a cidade tem um Conselho Municipal de Política Cultural instituído e atuante, o qual realiza bianualmente, desde 2007, suas Conferências Municipais de Cultura.

Com caráter decenal, o PMC é a principal política cultural já aprovada na cidade, prevendo suas ações com base em um diagnóstico participativo do cenário cultural municipal. A estrutura do PMC, em relação ao seu conteúdo, pode ser observada no mapa conceitual representado na Figura 1. Após a aprovação da Lei que instituiu o Plano de Cultura, suas metas foram aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural através da Resolução nº 1 de novembro de 2012. As vinte e nove metas aprovadas resumem os resultados esperados com o cumprimento das estratégias e ações constantes no Plano.

Figura 1. Mapa conceitual do Plano Municipal de Cultura de Joinville. Fonte: Elaborado pela autora sobre Joinville (2012).



Investigando o conteúdo do PMC algumas articulações se delineiam entre a política cultural e sua territorialização no espaço livre público. As primeiras convergências podem ser observadas nos pressupostos do plano, que abordam o caráter transversal da cultura, enquanto potencializadora do desenvolvimento humano, e sua interlocução com o planejamento urbano.

Isto posto, destaca-se um dos pressupostos que indica que a democratização da diversidade cultural deve valorizar as expressões locais e aponta a necessidade de uma maior valorização da própria cidade enquanto espaço cultural, “A ocupação cultural da cidade, para além de seus espaços culturais tradicionais, onde todos sejam participantes e atores, é a principal via identitária de democratização e conscientização cultural” (JOINVILLE, 2012, p.36). Desta forma, o foco da ação se altera

dos espaços culturais tradicionais para abranger a totalidade territorial do município, o que deve impulsionar o uso dos espaços livres públicos como palco das manifestações culturais.

Aliado a isto, outro pressuposto aponta que a ação cultural não está centrada na espetacularização e não se restringe a promoção de eventos e atividades de lazer. Pelo contrário, os eventos podem ter um papel de “construção da cidadania, difusão dos saberes, fruição das artes e valorização do patrimônio cultural” (JOINVILLE, 2012, p. 36). Neste contexto, também se define como pressuposto que a cultura, suas políticas e práticas, devem ser consideradas como parte do processo de desenvolvimento da cidade. Isto é, o desenvolvimento pela cultura é alcançado através da transversalidade e integração da política cultural à outras políticas públicas como educação, assistência social, turismo e planejamento urbano.

Essa macro visão guiou a elaboração das diretrizes, ações gerais e setoriais, e das metas do Plano Municipal de Cultura. Dentre este conteúdo destacam-se as ações gerais que se referem diretamente a utilização dos espaços livres públicos como local para as manifestações culturais: 1.1.2 que reconhece como manifestações culturais, as atividades que intervêm no espaço urbano e se relacionam com os espaços livres públicos, como o grafite e outras artes urbanas; 1.2.3 que visa manter e ampliar iniciativas de ruas de lazer, cultura e cidadania, ocupando praças e fechando

temporariamente vias públicas; 1.3.1 que busca a criação de programas de difusão das obras e artistas locais que se aproximem de um público variado, utilizando como apoio os espaços livres públicos; 1.3.2 que reforça a manutenção de eventos culturais consolidados como ação da política de cultura, dentre os quais destacamos os que se apropriam do espaço livre público para sua realização; 1.3.4, 2.2.6 e 3.1.11 que apontam a necessidade de simplificar a burocracia envolvida na utilização de espaços públicos, especialmente parques, praças e ruas; 2.2.1 que visa reconfigurar, num âmbito econômico, as Feiras de Arte e Artesanato, a serem realizadas de forma fixa em espaços livres públicos centrais e de forma itinerante nos bairros e zona rural; e, 3.1.19 que busca garantir o acesso gratuito à internet por meio de cobertura wireless em áreas públicas.

Num contexto geral essas ações procuram incentivar a realização de ações culturais nos espaços livres públicos, procurando ampliar essa oferta para as áreas urbanas periféricas e para a área rural. O Plano Municipal de Cultura procura reafirmar o papel central dos grandes eventos no calendário cultural da cidade, como o Festival de Dança, a Coletiva de Artistas e a Feira do Livro. Entretanto, ele também procura incentivar as ações locais e de menor escala, buscando um diálogo mais próximo com os artistas e as tradições locais. Através do PMC os gestores públicos da cultura, intercalam as intervenções públicas, mais diretas, com outras que almejam

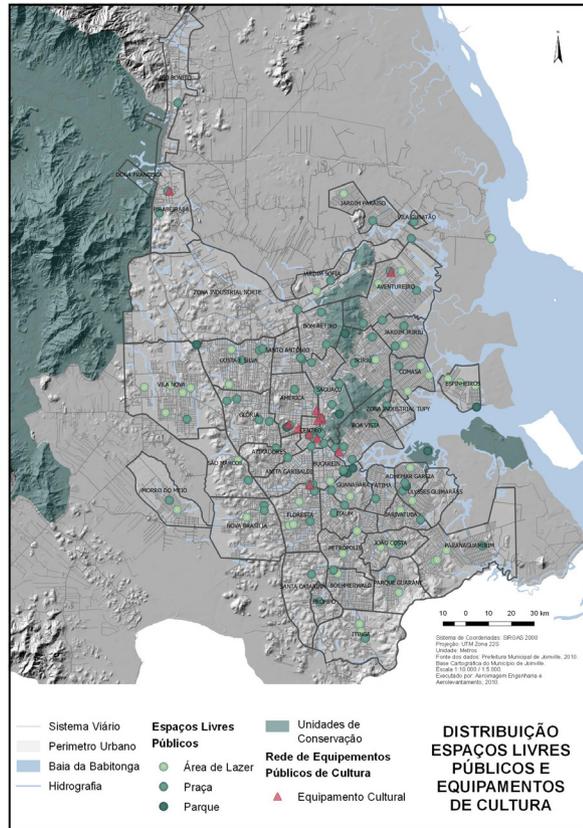


Figura 2. Mapa de distribuição dos espaços livres públicos e da rede de equipamentos públicos de cultura de Joinville – SC. Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

facilitar a atuação do setor privado e da sociedade civil como um todo.

Entretanto, nas metas do Plano, a articulação com o espaço livre público não é abordada de forma direta como nas ações, mostrando um descompasso entre o pressuposto que buscava uma maior ocupação cultural da cidade e sua efetivação através de uma meta específica que potencializasse essa forma de manifestação. Assim, a utilização do espaço livre público como cenário para a realização de atividades e eventos culturais dá lugar à reivindicação por novas infraestruturas que componham a rede de equipamentos públicos de cultura do município.

No município, o sistema de espaços livres públicos está melhor distribuído do que a rede de equipamentos culturais, como pode ser visto na Figura 2, o que impulsionou a criação de programas sediados em espaços livres público, no âmbito do Plano Municipal de Cultura. Além desses novos programas outras ações culturais, anteriores à implantação do PMC, que também apresentam uma forte ligação com a ocupação dos espaços livres públicos, foram mantidas e incentivadas. Dessa forma, a gestão pública municipal se apropriou de um costume local de promover eventos culturais para efetivação de sua política de difusão e promoção cultural.

Atuação de eventos culturais em espaços livres públicos enquanto política cultural municipal

A Fundação Cultural de Joinville (FCJ) é a autarquia responsável pela gestão cultural da cidade, pela elaboração e execução das políticas públicas de cultura e também pela administração de uma série de unidades e espaços que conformam boa parte da rede de equipamentos públicos de cultura do município. Ela mantém uma série de programas que promovem eventos culturais, de acesso gratuito, em espaços livres públicos no município, como: os Concertos Matinais, as Feiras nos Bairros, a Feira do Príncipe e o Sábado na Estação. Esses programas caracterizam-se como ações de difusão cultural procurando aproximar comunidade e formas variadas de expressão cultural. Por se desenvolverem em espaços livres públicos, os programas proporcionam uma experiência de vivência diferenciada desses espaços e buscam aumentar a apropriação da população em relação a estes espaços.

O projeto Concertos Matinais (Figura 3), teve início em 2002 através do programa Domingos Musicais da Sociedade Cultural Alemã. Atualizado e ampliado, hoje o projeto promove, semanalmente, apresentações musicais de estilos variados, do popular ao erudito. Com entrada franca os concertos acontecem aos domingos pela manhã em diferentes pontos da cidade, normalmente na área externa da Casa da Memória, junto ao Cemitério do Imigrante, no 62º Batalhão de Infantaria e na Sociedade Lírica de Joinville. As apresentações têm duração média de uma hora e meia e atraem cerca de trezentos espectadores (JOINVILLE, 2012; PREFEITURA DE JOINVILLE, 2016).



Figura 3. Concerto Matinal na Casa da Memória. Fonte: Prefeitura de Joinville (2016).



Figura 4. Sábado na Estação - Mercado de Pulgas. Fonte: Prefeitura de Joinville (2016).

O Sábado na Estação (Figura 4) é um projeto implantado em 2010, pela Fundação Cultural de Joinville, que procura potencializar a edificação tombada da Estação Ferroviária como um espaço de referência para memória e múltiplas sociabilidades. Realizado mensalmente, no terceiro sábado mês, o evento conta com feira de artesanato, brechó, o Mercado de Pulgas (uma feira de antiguidades destinada a venda ou troca de bens antigos e ou usados) e gastronomia, com a comercialização de produtos coloniais. Também conta com apresentações culturais como exposições, música e teatro, organizadas pela FCJ (JOINVILLE, 2012). Diante da renovação das políticas culturais no município, esse evento pode ser caracterizado como uma experiência piloto para o desenvolvimento de programas de feiras na cidade.

A Feira do Príncipe, criada em 2014, e o programa Feiras nos Bairros, criado em 2015, podem ser consideradas como algumas das Feiras de Artes e Artesanato idealizadas no Plano Municipal de Cultura de Joinville. Além de se configurarem como uma atividade de lazer e recreação para a população municipal, a ideia central desses eventos é o desenvolvimento do mercado profissional ligado à produção cultural no município. Nesse sentido, o papel da Fundação Cultural, enquanto gestora pública, é proporcionar meios para a divulgação e exposição do trabalho dos artistas e artesãos locais, procurando resgatar e preservar as manifestações culturais

tradicionais, a fim de mantê-las vivas no imaginário joinvilense. As atuais feiras que compõem o programa Feiras nos Bairros surgem a partir da demanda de iniciativas locais, que se articulam à FCJ para identificar o potencial e as especificidades do bairro. Por isso, apesar de uma estrutura semelhante, cada evento tem uma característica única, ligada à produção cultural daquele lugar.

Mensalmente, ao segundo domingo do mês, a Rua do Príncipe e a Praça Nereu Ramos sediam a Feira do Príncipe (Figura 5 e Figura 6), evento que leva ao centro da cidade cerca de 300 expositores, que oferecem opções diversas de artes, artesanato, antiguidades, brechó e gastronomia. Em conjunto à feira são realizadas, no palco da Praça Nereu Ramos, apresentações culturais de música, dança e teatro.



Figura 5. Feira do Príncipe (Rua do Príncipe). Fonte: Prefeitura de Joinville (2016).



Figura 6. Feira do Príncipe (Praça Nereu Ramos). Fonte: Prefeitura de Joinville (2016).

Integrante do programa Feiras nos Bairros, a Feira do Floresta (Figura 7 e Figura 8) é realizada na Praça Tiradentes, no quarto sábado de cada mês. Sua organização é compartilhada com os moradores do bairro Floresta e a feira impõem, como condição de participação, que os expositores sejam residentes do próprio bairro. Os principais itens expostos e comercializados são o artesanato e a gastronomia, junto a isto, a Feira do Floresta ainda tem como atrativo apresentações musicais e de dança (PREFEITURA DE JOINVILLE, 2016).



Figura 7. Feira do Floresta (tendas). Fonte: Arquivo Pessoal (2015).



Figura 8. Feira do Floresta (praça). Fonte: Arquivo Pessoal (2015).

Seguindo esse formato, a Feira do Vila Nova (Figura 9 e Figura 10) também expõe apenas o trabalho de moradores do bairro, oferecendo produtos artesanais variados, brechó, venda e troca de livros e gastronomia. Também reserva espaço para que novos artistas do Vila Nova se apresentem, especialmente na área musical. A feira acontece no terceiro sábado de cada mês, próximo ao Terminal Urbano do bairro. Sua organização é compartilhada entre a FCJ e representantes do Conselho das Associações do Vila Nova (PREFEITURA DE JOINVILLE, 2016).

Os atuais programas e projetos desenvolvidos pela FCJ indicam uma tentativa de descentralização da cultura na cidade, dessa forma, os eventos têm desempenhado um papel essencial nessa política de difusão. Aliado a isso, essas ações permanentes, sobretudo o programa Feira nos Bairros, procuram tecer parcerias locais a fim de estabelecer um protagonismo da comunidade em relação à organização e programação dos eventos. Ademais, para a FCJ essas ações estimulam à apropriação dos espaços livres públicos que as sediam, fazendo com a população enxergue esse espaço com outros olhos e passe a zelar por eles, de forma a incorporar o evento cultural na identidade destes lugares.

As entrevistas realizadas na Praça Nereu Ramos indicaram uma boa aceitação dos indivíduos entrevistados em relação à realização de eventos culturais em espaços livres públicos. Essa homogeneidade no resultado, possivelmente foi in-



Figura 9. Feira do Vila Nova. Fonte: Prefeitura de Joinville (2016).



Figura 10. Artesãs da Feira do Vila Nova. Fonte: Prefeitura de Joinville (2016).

fluenciada pelo universo definido, os usuários da praça. Nesse sentido, para uma avaliação mais ampla do alcance e aceitação das políticas culturais de realização de eventos em espaços livres públicos, no contexto municipal, seria relevante a expansão do universo da pesquisa a fim de abranger também pessoas que não se utilizam desse espaço. Todavia, como o foco da pesquisa era a opinião dos usuários do espaço estudado acerca da presença de eventos culturais em espaços livres públicos, sobretudo, na Praça Nereu Ramos, optou-se pela abordagem qualitativa na pesquisa. As respostas foram analisadas e agrupadas em categorias iniciais a partir das similaridades entre os discursos e posteriormente reagrupadas com base na ideia central das falas, resultando em cinco categorias finais.

Na primeira categoria, os usuários apontaram os eventos como uma boa iniciativa cultural realizada pelo poder público e indicaram a necessidade de ampliação das ações de difusão e promoção cultural, especialmente a realização de mais eventos de rua. Também consideram a realização dos eventos culturais como mais uma opção de lazer ofertada na cidade. Na segunda categoria, os eventos culturais são considerados uma boa ferramenta de difusão cultural e um incentivo à prática de atividades culturais, já que divulgam a produção artística local e incentivam a sua comercialização, além de possibilitar o acesso à diferentes expressões culturais, incentivando o desenvolvimento de atividades culturais, sobretudo

nas crianças. Na terceira categoria, os usuários frisaram que a gratuidade dos eventos culturais promove uma democratização do acesso à cultura, indicando que este é um modo de fazer com que mais pessoas tenham acesso às atividades culturais. Na quarta categoria, os usuários consideraram que os eventos culturais aumentam a dinâmica da área central, atraindo um grande público para esse espaço. Na quinta categoria, a atuação dos eventos culturais enquanto política cultural foi vista de forma positiva, mesmo nos casos em que os usuários cotidianos afirmaram não os frequentar.

Assim, as opiniões destes entrevistados vão de encontro às considerações da Fundação Cultural de Joinville quanto ao desenvolvimento de políticas de difusão cultural tendo como base a realização de eventos culturais em espaços livres públicos, como é o caso dos programas apresentados e do próprio Festival de Dança. É importante destacar que, as opiniões dos usuários se relacionam às dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, como apresentado pelo Ministério da Cultura. Isto pode ser observado, sobretudo nas categorias dois e três que tencionam os aspectos cidadão e econômico da cultura, indicando que a política cultural deve achar um equilíbrio entre a produção cultural enquanto recurso e a garantia de acesso à cultura por toda a população. Além disso, a indicação dos eventos como uma opção de lazer mostra que a população tem se apropriado dessas atividades

e as considera como uma atividade rotineira, o que pressiona, em longo prazo, a manutenção desses programas de difusão cultural.

Eventos culturais como atrativos ao uso da Praça Nereu Ramos

A vida pública é o conjunto de ações protagonizadas pelas pessoas nos espaços públicos e se desenvolve através da copresença e do convívio social, abrangendo desde as ações cotidianas até as manifestações culturais de uma sociedade. Ela vai além da circulação de pedestres e das atividades sociais e recreativas e compreende todo o espectro de atividades que se combinam para dar significado e tornar atrativos os espaços públicos urbanos. O espaço livre público, principalmente o de uso coletivo, é por excelência o ambiente que favorece a vida pública, por ser o ambiente de maior acessibilidade e capacidade para receber a diversidade e a pluralidade (GEHL, 2006; QUEIROGA ET. AL., 2011).

Diante disso, a realização de eventos culturais em um espaço livre público pode potencializar a vida pública de um local, uma vez que agrega novos elementos à dinâmica do espaço. A fim de compreender essa relação entre a presença de um evento e o uso de um espaço, a Praça Nereu Ramos foi definida como recorte de estudo por sua localização na área central e facilidade de acesso; por seu valor simbólico, já que historicamente se configura como local de encontro

e desenvolvimento da vida pública municipal; e também pela grande quantidade de manifestações culturais nela realizada, permitindo a seleção de dois eventos com escalas e características diversas para a pesquisa de campo, a Feira do Príncipe e Festival de Dança.

O Festival de Dança foi escolhido por ser um evento icônico para a cidade, sua realização tem impacto sobre a dinâmica de todo o município, que se prepara para receber participantes do evento e turistas. Também é a ação cultural de maior escala realizada na cidade e possui uma abrangência internacional. O Festival utiliza a praça como um dos palcos abertos onde as apresentações de dança são realizadas gratuitamente. A Feira do Príncipe, é um evento que vem se consolidando na escala municipal como uma importante ação de difusão e promoção cultural. Tem um caráter mais popular e participativo, pois potencializa uma maior interação entre os usuários do espaço durante o evento, expositores e visitantes.

Localizada na área central, a Praça Nereu Ramos é facilmente acessada tanto por transporte público, pela proximidade ao Terminal Urbano Central, quanto por transporte individual, pela proximidade às vias estruturais municipais e a grande oferta de estacionamentos. A praça e seu entorno concentram um intenso fluxo de pedestres, por sua localização junto a uma dinâmica via comercial do centro, a Rua do Príncipe, o que permite que a Praça tenha uma grande relação com esse



Figura 11. Praça Nereu Ramos. Fonte: Arquivo Pessoal (2016).

entorno. Assim, verifica-se uma maior interação de passagem e permanência entre os usuários da praça e dos comércios lindeiros, sobretudo pela continuidade no passeio público e presença de fachada ativa, na Rua do Príncipe e São Joaquim. Suas ambiências de estar estão vinculadas à presença de mobiliário urbano, vegetação e equipamentos locados no espaço: mesas de jogos, palco e lanchonete (Figura 11).

ativos, ou seja, aqueles que realizaram alguma atividade na praça, desde a utilização de um equipamento como mesas de jogos ou a permanência em um banco. Logo, destacam-se a utilização de ambiências específicas da praça, como as mesas de jogos, na porção sul da praça, que reúne um grupo de idosos jogando cartas e dominó, e a lanchonete, na porção norte da praça, que reúne um grupo de usuários mais jovens. A praça também abriga vendedores ambulantes (pipoqueiro, sorveteiro, vendedor de balão e artesãos), fazendo com que os comportamentos ligados à execução de um trabalho sejam frequentes no espaço.

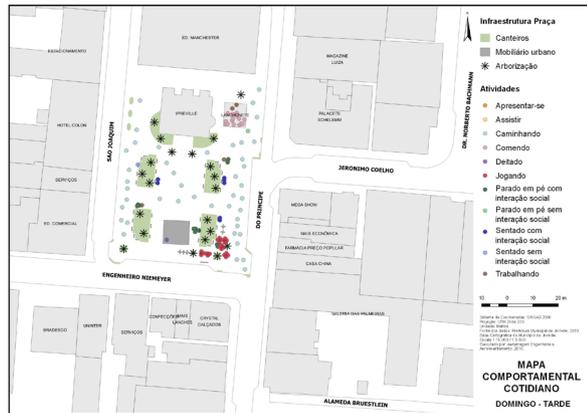


Figura 12. Mapa Comportamental 1 – Domingo Cotidiano. Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Pela dinâmica observada, a praça abriga diferentes padrões de uso, entre eles se destacam dois comportamentos distintos: o uso do espaço enquanto local de convívio social e longas permanências, em oposição à um uso de passagem e curta permanência, caracterizado como uma pausa e descanso e ligado aos usos de comércio e serviço do entorno. Assim, a dinâmica de uso da praça é fortemente influenciada por sua inserção em uma área comercial, estabelecendo uma relação direta entre o número de usuário no espaço e os horários de funcionamento desses estabelecimentos. Portanto, verifica-se um esvaziamento da Praça Nereu Ramos, nos períodos noturnos e nos finais de semana, especialmente nos domingos, uma vez que diminuem os estabelecimentos de comércio e serviços em funcionamento.

O Mapa Comportamental 1, representado na Figura 12, ilustra essa dinâmica e mostra que o volume de usuários registrado na praça é pequeno, sobretudo se considerados apenas os usuários

Os Mapas Comportamentais 2 e 3, representados respectivamente nas Figuras 13 e 14, indicam um aumento considerável no número de usuários utilizando à Praça Nereu Ramos no domingo em função da realização desses eventos culturais. É interessante destacar, que as atividades obser-



Figura 13. Mapa Comportamental 2 – Feira do Príncipe. Fonte: Elaborado pela autora (2017).

são importantes, o maior número de conexões viárias nesta face da praça e a presença do Terminal Central enquanto atrativo e direcionador dos fluxos de pedestre pelo centro. Ademais, os próprios atributos internos do espaço favorecem uma maior diversificação de atividades nesse setor, pela presença de equipamentos e mobiliário urbano específicos, no caso a lanchonete e as mesas de jogos.

Considerando o volume de usuários e os padrões de comportamento observados, como detalhado na tabela correspondente à Figura 15, a realização dos dois eventos culturais representou um expressivo aumento no número de usuários da Praça Nereu Ramos, em um dia da semana em que o espaço é menos procurado. As observações de comportamento mostram que esse espaço absorve uma dinâmica de usos própria do evento, sem que haja uma exclusão dos usos observados no cotidiano. Nota-se um incremento nas atividades ativas desenvolvidas na praça, especialmente relacionado ao público específico que é atraído pelas ações culturais.

Assim, durante o evento, existe uma maior presença de crianças e adolescentes no espaço, sobretudo no Festival de Dança, o que proporciona uma maior frequência de comportamentos como brincar, correr, cantar e dançar. Além disso, o maior número de pessoas no espaço, atraídas pela realização de uma atividade de lazer, estimula os comportamentos de intera-

ção social, fator positivo para a vida pública da praça. Deste modo, as funções e atividades desenvolvidas nesse espaço se multiplicam, dinamizando o padrão de uso observado durante o cotidiano.

Considerações Finais

A retomada de interesse no espaço público, em Joinville, pode ser observada nas ações do poder público municipal e da sociedade civil organizada. Multiplicaram-se a oferta de atividades e programações nos espaços abertos da cidade, e a gestão municipal tem implementado programas que procuram potencializar o uso de ruas, praças e parques. Deste modo, as políticas públicas de cultura, esporte e lazer, começam a se articular aos espaços livres buscando intensificar seu uso e apropriação.

Os atuais projetos e programas da Fundação Cultural de Joinville têm como base o Plano Municipal de Cultura e procuram descentralizar a cultura no município através de ações de difusão cultural. Destacam-se as atividades culturais que se articulam com os espaços livres públicos, utilizando-os como palco para as ações de difusão e descentralização da cultura, realizadas ou apoiadas pela Fundação Cultural de Joinville. Logo, o Plano Municipal de Cultura aponta para algumas articulações entre a política cultural e sua territorialização no espaço livre público, incentivando a realização de ações culturais nesses espaços e procurando ampliar essa oferta para toda a cidade.

Apesar disso, ainda se verifica uma concentração de ações culturais na área central da cidade, tanto pela existência de uma maior oferta de equipamentos públicos de cultura no centro, quanto pela escolha dessa área para sediar eventos, em função do valor simbólico e por concentrar uma grande quantidade de espaços livres públicos. Outra característica dessa distribuição da rede de cultura municipal é o caráter temporário dos programas e ações culturais realizados nas áreas periféricas da cidade. Este fato reforça a necessidade de ampliação no número de equipamentos culturais, uma vez que a realização de eventos em espaços livres públicos não consegue suprir a demanda permanente por atividades culturais formativas.

Ainda assim, em relação à percepção dos usuários sobre a realização de eventos em espaços livres públicos de Joinville, verificou-se que as políticas públicas de cultura que buscam a difusão cultural são reconhecidas e bem aceitas pela população. A percepção dos entrevistados sobre os eventos culturais realizados em espaços livres públicos foi majoritariamente positiva e mostrou que a população tem se apropriado dessas manifestações, fortalecendo sua manutenção enquanto política pública de cultura. Além disso, as respostas apontaram grandes preocupações com as dimensões cidadã e econômica presentes nos eventos culturais, indicando demandas pela continuidade na oferta dessas ações em espaços livres públicos, uma vez que potencializam o acesso à cultura, incentivam a manutenção da

produção cultural e auxiliam a formalização do setor cultural enquanto atividade profissional, sobretudo em relação ao artesanato.

Diante da análise da influência de uma ação cultural no espaço livre público da Praça Nereu Ramos, pôde-se constatar que a presença de eventos culturais, especialmente em função da abrangência municipal de ambos, dinamizou as relações de interação social e sobrepôs diversas camadas de comportamento às atividades usualmente observadas. A análise apontou que, para o caso estudado, não houve uma supressão de uma atividade para dar lugar a uma atividade específica relacionada ao evento, mas um incremento nas atividades desenvolvidas, enriquecendo a vida pública da praça em relação ao uso cotidiano. Nesse sentido, os eventos se mostraram uma ferramenta interessante de dinamização das atividades da região central, aumentando a circulação de pedestres na área e possibilitando um maior uso do espaço em um período em que o mesmo se mostra subutilizado.

Portanto, no que diz respeito à articulação entre a política cultural municipal e os espaços livres públicos, destaca-se a diretriz do Plano Municipal de Cultura, que aponta a necessidade de que a realização de eventos culturais consolidados seja mantida como uma ação da política de cultura. Com base nas observações de comportamento realizadas, essa diretriz se mostra extremamente relevante e atual, uma vez que esses eventos de

maior porte atraem um público significativo enriquecendo o perfil de usuários e padrões de uso dos espaços livres públicos.

A partir do exemplo de Joinville, a realização de eventos culturais mostrou-se como uma boa ferramenta de ativação do espaço público, aumentando a atratividade para esses espaços e dinamizando tanto os padrões de uso quanto os usuários. Entretanto, os eventos culturais podem ser entendidos como uma das variáveis que auxiliam a análise da vida pública de um espaço, portanto, as configurações locais do espaço, as atividades ofertadas, as características do entorno, acessibilidade, segurança, conforto ambiental são essenciais para a garantia de vitalidade urbana. Assim, enquanto política pública de cultura, o emprego dos eventos como ferramenta de ativação do espaço público precisa estar vinculado à outras medidas e ações setoriais, especialmente em relação à conservação e zeladoria dessas áreas.

Considerando a política cultural como um instrumento de ativação do espaço livre público, a municipalização de sua gestão é extremamente positiva, uma vez que sua construção, a partir de um diagnóstico da realidade local, permite que a gestão municipal direcione ações específicas para áreas de intervenção. Como exemplos de possíveis aplicações, podemos citar:

- O lançamento de edital de fomento exclusivo para projetos que proponham a realização

de atividades culturais em uma determinada região da cidade, permitindo que a gestão municipal direcione um conjunto de ações a uma área de interesse, o que possibilitaria um maior equilíbrio na oferta de atividades culturais em toda a cidade;

- A regulamentação da apresentação de artistas de rua, a exemplo da cidade de São Paulo, que aprovou legislação específica para atuação dos artistas de rua através da Lei nº 15.776/2013 e do Decreto nº 55.140/2014;
- A articulação entre um determinado setorial de cultura (audiovisual, música, dança, teatro, literatura) e a ocupação de um espaço livre público, a exemplo do projeto Parque da Leitura desenvolvido na cidade de Blumenau-SC, que busca incentivar a leitura através da disponibilização de um acervo literário em um dos parques da cidade;
- A promoção de intercâmbios culturais entre as ações desenvolvidas em diferentes áreas da cidade, especialmente permitindo as trocas entre a área urbana e rural, bem como entre as regiões centrais e periféricas.

As possibilidades citadas procuram mostrar outros caminhos para a articulação entre espaços livres públicos e a política cultural, que não se baseia apenas na realização de um evento. Mesmo a partir de intervenções temporárias, a territorialização da política cultural no espaço livre público, impõe uma necessidade de diálogo intersetorial

que é fundamental para que a política municipal de cultura se estabeleça.

Portanto, tendo em vista a produção do espaço urbano na cidade contemporânea, a identificação da cultura como recurso e o reconhecimento e exploração de seu caráter econômico, a política cultural e os agentes envolvidos em sua elaboração e controle, também devem se policiar para que exista um equilíbrio entre as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura. Ou seja, as políticas culturais municipais precisam ser desenhadas de forma a amenizar os conflitos oriundos da utilização da cultura enquanto recurso, a fim de surtirem resultados positivos na realidade local.

Referências:

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. Páginas 73-83. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v. 15, n. 2, 2001.

BRASIL. **Lei nº 12.343**, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura**. 1ª edição. Brasília, 2011. 108 p.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: Balanços e Perspectivas. In: III ENECULT – Encontro

de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2007, Salvador. **Anais do III ENECULT**. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2007, v.1.

CARVALHO, Cristina A.; SILVA, Rosimeri C. da; GUIMARÃES, Rodrigo G. **Sistema Nacional de Cultura: a tradução do dinâmico e do formal nos municípios da região Sul**. Cadernos EBAPE. BR, v.7, nº.4, artigo 10, dez. Rio de Janeiro, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 698p.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE (FCJ). **Feira do Príncipe – Informações**. Disponível em: <fundacaocultural.joinville.sc.gov.br>. Acesso em: 15 de julho de 2015.

GEHL, Jan. **Life between buildings: using public space**. Copenhagen: The Danish Architectural Press, 2006.

HALL, Peter. Planning: millennial retrospect and prospect. Páginas 263 - 284. **Progress in Planning**, Londres, v. 57, 2002.

HARVEY, David. A Arte de Lucrar: Globalização, Monopólio e Exploração da Cultura. In: MORAES, D. **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. São Paulo: Record, 2004, p. 141-171.

_____. Do administrativismo ao empreendedoris-

mo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 1 ed. 2005, p. 163-190.

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Perfil dos estados e dos municípios brasileiros: cultura – 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 106p. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm>. Acessado em: 12 de outubro de 2016.

JOINVILLE. **Lei nº 7.258**, de 06 de julho de 2012. Institui o Plano Municipal de Cultura de Joinville e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Joinville, 2012a.

JOINVILLE. Fundação Cultural de Joinville (FCJ). **Plano Municipal de Cultura de Joinville**. Joinville: FCJ, 2012b. 208p.

LANDRY, Charles. **The Creative City: A Toolkit for Urban Innovators**. London: Comedia, 2000. 300p.

MINAYO, M. C. DE S. **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros**. 284p. Tese (Livre Docência - Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) – FAUUSP. São Paulo, 2012.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes et al. Notas gerais sobre os sistemas de espaços livres na cidade brasileira. In: CUSTÓDIO, Vanderli (Org.) **Sistemas de espaços livres: conceitos, conflitos e paisagens**. São Paulo: FAUUSP, 2011, p.11-20.

PEIXE, João Roberto. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Coord.). **Sistema Nacional de Cultura**. Salvador: P55 Edições, 2013. 44 p. (Coleção Política e Gestão Culturais). Disponível em: < <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=118>>. Acesso em: 02 de agosto de 2016.

PREFEITURA DE JOINVILLE. **Cultura e Turismo**. Disponível em: <<http://www.joinville.sc.gov.br/>>. Acesso em: 09 de dezembro de 2016.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso et al. **Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação**. Rio de Janeiro: Coleção PROARQ/FAU-UFRJ, 2009. 117 p.

ROCHA, Sofia Cardoso. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Coord.). **Planos de Cultura**. Salvador: P55 Edições, 2013. 36 p. (Coleção Política e Gestão Culturais). Disponível em: < <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=118>>. Acesso em: 02 de agosto de 2016.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: UFMG, 2004. 615p. ■